

Comunicando riscos ambientais e tecnológicos na região Amazônica: uma análise de caso do vazamento da mineradora Hydro Alunorte

*Communicating Environmental and Technological Risks in the Amazon Region:
a case study of the leak of the mining company Hydro Alunorte*

Alexia Tavares BARROS¹
Israel de Jesus ROCHA²

Resumo

Este artigo tem por objetivo descrever estratégias dos atores envolvidos no desenrolar de uma controvérsia relacionada à contaminação na cidade de Barcarena, em Belém-PA. A fim de compreender a forma como a controvérsia passa a apresentar as práticas relacionadas aos atores, e como os riscos associados ao vazamento passam a ganhar forma e dominar a opinião pública, usamos como suporte teórico metodológico a cartografia de controvérsias, na tentativa de planificar as estratégias dos atores e seus desdobramentos. Conclui-se, a partir da descrição, que houve um deslocamento inicial de uma situação na qual indicava uma blindagem da empresa responsável pelo vazamento para outro ponto em que a situação se torna insustentável diante da multiplicidade de ações propostas pelos atores envolvidos na controvérsia, deslocando a estratégia inicial da empresa de comunicar os riscos e seus efeitos práticos se situando como autoridade e fonte de informações no centro da controvérsia.

Palavras-chave: Riscos tecnológicos ambientais. Comunicação de risco. Cartografia de controvérsias.

Abstract

This article aims describe strategies of the actors involved in the unroll of controversy related to contamination in the city of Barcarena, at Belém-PA. In order to understand how the controversy happens to present the practices related to actors, and how the risks associated with the leak begin take shape and dominate the public opinion, we use as a theoretical-methodological support the cartography of controversies in an attempt to evident the strategies of actors and their unfolding. It's concluded, from the description, that there was an initial displacement of a situation in which it indicated the shielding of the company responsible for the leak to another point where the situation becomes

¹ Graduanda em Comunicação Social - Relações Públicas. Universidade Federal do Amazonas.
E-mail: exiabarros@hotmail.com

² Professor Doutor do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas.
E-mail: israelrocha@ufam.edu.br

unsustainable against to the multiplicity of actions proposed by the actors involved in the controversy, shifting the initial strategy of the company of communicate risks and their practical effects being situated as the authority and source of information at the center of the controversy.

Keywords: Environmental technological risks. Risk communication. Cartography of controversies.

Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever, seguindo pistas teórico metodológicas deixadas teoria-ator-rede (LATOUR, 2012) e da cartografia de controvérsias (VENTURINI, 2010), os traços deixados pelos atores no deslocamento de produção de evidências sobre os riscos ambientais decorrentes da atividade de mineração na região de Barcarena. Os riscos ambientais e tecnológicos derivados de atividades de alto impacto como mineração, construção de barragens, entre outros, produzem uma movimentação significativa de atores, órgãos reguladores, empresas e organizações capazes de deixar rastros sobre a produção e a comunicação dos riscos. Neste cenário, qualquer notícia sobre a mudança na cor da água de um rio próximo a uma mineradora passa a desdobrar informações, opiniões e decisões que mobilizam uma série de atores no deslocamento do problema.

Em fevereiro de 2018, vimos, a partir das primeiras notícias que circularam nos noticiários locais da Região Norte, a mineradora Hydro Alunorte justificar os possíveis indicadores de uma contaminação do ambiente decorrente de suas instalações como apenas uma alteração da cor da água dos igarapés por conta da erosão do solo a partir das chuvas. A partir desse momento, o caso passou a ser alvo de uma investigação que mobilizou uma série de órgãos reguladores e atores interessados na preservação do meio ambiente e na saúde dos moradores locais e da região. A situação da mina em Barcarena será analisada neste artigo a partir de um trabalho de planificação das ações dos atores envolvidos a fim de compreender como passamos a conceber uma narrativa sobre os acontecimentos sobretudo pelos deslocamentos e dos posicionamentos dos atores em torno dos problemas decorrentes dos vazamentos atribuídos à mina.

No primeiro momento do artigo desenvolveremos alguns pontos metodológicos sobre a cartografia de controvérsias; posteriormente, descreveremos os atores e seus deslocamentos através do caso e por fim discutimos as consequências da situação de Barcarena para a comunicação de riscos tecnológicos e ambientais na região amazônica.

Desdobramentos metodológicos

A cartografia de controvérsia é uma forma de aplicação da teoria-ator-rede, que, em linhas gerais, sugere, em casos como do vazamento da Hydro Alunorte, identificar os mediadores, actantes, as peças do quebra-cabeça, não com o intuito de chegar ao seu fim, a uma conclusão, mas sim para mostrar os passos dados de forma ampla, a fim de enxergar os riscos e seus desdobramentos, não excluindo seus atores e representando as diversas posições envolvidas no caso do vazamento. De acordo com Figueiredo (2016, p. 183), “A Cartografia de Controvérsia é uma forma de buscar documentar os movimentos e os deslocamentos entre intermediação e mediação”.

Para Latour (2012), para compreendermos a forma como o social é constituído é fundamental acompanharmos o deslocamento dos atores em situações quentes, nas quais tudo ainda se encontra instável, pois é justamente na falta de harmonização dos atores que encontraremos desdobramentos, fazendo com que haja uma movimentação, na qual intermediários podem assumir papéis de mediadores, e o problema que antes parecia quase irrelevante passa a ter o papel central na situação, com isso mudando a posição dos atores e gerando novas mediações. Neste sentido, para compreendermos as recentes situações de vazamento e contaminação do ambiente envolvendo a Alunorte seguiremos os rastros deixados pelos atores envolvidos com o objetivo de recompor as posições e os pontos de virada que nos ajudam a compreender processos que envolvem a comunicação dos riscos tecnológicos e ambientais e as possibilidades de governança dos mesmos.

Hydro Alunorte em Barcarena: um caso de risco ambiental

No dia 17 de fevereiro de 2018, após uma forte chuva que atingiu a região de Barcarena, cidade localizada na região metropolitana de Belém-PA, moradores

denunciaram ao Ministério Público que a água que corria em rios e córregos na região estava com a sua cor alterada, em tom avermelhado, provavelmente uma consequência de vazamento de rejeitos de bauxita vindo da Hydro Alunorte³. No mesmo dia, a empresa recebeu representantes da Promotoria de Justiça de Barcarena, Defesa Civil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Barcarena (SEMADE), Corpo de Bombeiros e da Associação Caiquiama, representando as comunidades locais, os quais não identificaram indícios de vazamentos.

No dia seguinte, 18 de fevereiro de 2018, visitaram as instalações da empresa representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Instituto Evandro Chagas, Promotoria Justiça de Barcarena, Defesa Civil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Barcarena (SEMADE), Corpo de Bombeiros e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Abaetetuba (SEMEA). Após não constatar vazamento, a SEMAS notificou a empresa por falhas no sistema de drenagem pluvial, e o Instituto Evandro Chagas coletou amostras de águas e efluentes para análise.

A Hydro Alunorte, no dia 19 de fevereiro de 2018, publicou em nota que as áreas de depósito de resíduos continuavam a operar normalmente, garantindo completa regularização e apontando o tipo do solo e a falta de pavimentação, juntamente com a forte chuva, a água ganhou o tom avermelhado. A partir das visitas dos órgãos técnicos a Hydro passou a organizar uma narrativa apontando para a normalidade dos eventos ocorridos com as chuvas e reforçou a sua imagem de empresa que investe com responsabilidade ambiental na região.

Quando a controvérsia esquenta

Para nos situarmos metodologicamente, consideramos que o jornalismo e as redes sociais são parâmetros usados para verificar a temperatura de uma controvérsia. Neste caso, no dia 17 e 18 de fevereiro inúmeros jornais noticiaram as denúncias feitas

³ Hydro é uma empresa de alumínio integrada com 35.000 empregados em 40 países em todos os continentes. Além da produção de alumínio primário, produtos laminados e extrudados e reciclagem, a Hydro também lava bauxita, refina alumina e produz energia, para ser a única empresa 360° da indústria global do alumínio. A empresa tem sede na Noruega e em 2011 adquiriu atividades de bauxita, alumina e alumínio da Vale na região nordeste do Pará, tornando-se proprietária da mina de bauxita em Paragominas, a refinaria de alumina Hydro Alunorte, em Barcarena, e acionista majoritária da Albras, fábrica de alumínio primário no mesmo município.

pelos moradores, ainda em caráter de suspeita. A repercussão fez com que no dia 21 de fevereiro a Hydro Alunorte soltasse sua segunda nota⁴, reafirmando que estava operando normalmente e que, ao contrário do que a mídia falava, os seus depósitos de resíduos eram seguros e que não houve vazamento. Ancorada na posição dos órgãos competentes como sua fonte de legitimidade, a Hydro direciona sua preocupação para as comunidades.

Notamos então que a mídia entra como um ator importante entre a empresa, a situação e a população, uma vez que ela tem um caráter mediador entre o que está acontecendo e a opinião pública, produzindo também uma reação na empresa, levando-a a publicar notas explicativas para a situação do vazamento. No mesmo dia, o G1 entrevistou o Diretor de Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Responsabilidade da Hydro, Domingos Campos⁵. A escolha do porta voz procurou reforçar a imagem de uma empresa que pensa e age em prol da segurança do meio ambiente e do social.

Apesar da repercussão, o assunto ainda estava em especulações, portanto, começando a esquentar. Ainda no dia 21 de fevereiro, a Câmara de Deputados do Pará criou uma comissão externa para acompanhar o caso juntamente com o Ibama. No dia 22 de fevereiro, encontramos o primeiro grande ponto de desestabilização. O Instituto Evandro Chagas⁶ divulga o laudo⁷ das amostras colhidas no dia 18 de fevereiro e afirma que houve contaminação em diversas áreas de Barcarena provocada pelo vazamento das barragens de rejeitos de bauxita da mineradora e que a população e o meio ambiente estariam sendo prejudicados. O Instituto afirmou ainda que há uma ligação clandestina que a empresa utilizava para eliminar os efluentes contaminados (de bauxita e soda cáustica) acumulados dentro da fábrica para fora da área industrial. Além disso, foi constatado alto nível de chumbo na água, o que pode causar câncer se for consumido de forma regular.

Nesse momento, as afirmações feitas pela empresa através das notas e entrevistas públicas são contestadas pelo Instituto Evandro Chagas, colocando em

⁴<<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Imprensa/Noticias/2018/alunorte/areas-de-depositos-de-residuos-da-hydro-alunorte-operam-regularmente-sem-qualquer-tipo-de-vazamento-ou-rompimento>>

⁵<<https://g1.globo.com/para/noticia/empresa-nega-vazamento-de-barragem-de-rejeitos-de-bauxita-em-barcarena-no-para.ghtml>>

⁶ O Instituto Evandro Chagas, órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), atua nas áreas de pesquisas biomédicas e na prestação de serviços em saúde pública.

⁷<<https://g1.globo.com/para/noticia/laudo-confirma-vazamento-de-rejeitos-de-mineradora-em-barcarena-no-pa.ghtml>>

dúvida a sua confiabilidade, causando desestabilização dos argumentos que legitimavam a posição da mineradora. A partir desse momento, a mídia concentra sua atenção ao caso, gerando um debate significativo e estimulando a opinião pública⁸, aumentando a temperatura da controvérsia.

Moradores fazem nova denúncia

No mesmo dia, 22 de fevereiro, moradores denunciaram um vazamento de um caminhão de rejeitos na PA-481, em Barcarena⁹. A denúncia apontava uma grande quantidade de “lama vermelha” que invadiu a pista após um caminhão de uma empresa subcontratada da Hydro Alunorte tombar. A empresa disse que iria apurar os fatos e fez a limpeza da área. Os moradores, no entanto, fizeram uma manifestação no local e relataram o cheiro de soda cáustica muito forte, além de acusarem a Hydro de desligarem as luzes do local para evitar serem fotografados.

No dia 23 de fevereiro de 2018, a Hydro divulgou que iria fornecer água potável às comunidades, apesar de reafirmar que não houve rompimento, dizendo ainda que o Instituto Evandro Chagas suspeita de contaminação da água e reforçando que outros órgãos confirmaram que não teria havido rompimento. A empresa afirmou que analisaria o laudo do IEC para entender o seu resultado, uma vez que outros órgãos não identificaram nenhum problema, tratando, portanto, com estranheza o laudo emitido pelo Instituto. Em nota ao Portal de Notícias G1¹⁰ e dita em audiência pública pelo vice-presidente da empresa, a Hydro confirmou a existência de um duto, mas que ele só fora usado uma única vez e estava desativado há bastante tempo, mas que iria analisá-lo.

Mais um mediador na controvérsia: o Ministério Público

Para ampliar a controvérsia, começa a emergir um novo desdobramento e um mediador importante. Os Ministérios Público do Pará e Federal recomendam o embargo

⁸ De acordo com o clipping realizado pelo Instituto Evandro Chagas, mais de 30 matérias em relação a esse primeiro laudo circularam na mídia. <<http://www.iec.gov.br/portal/?s=Hydro+Alunorte>>

⁹ <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/populacao-fotografada-rejeitos-de-bauxita-espalhados-na-pa-481-em-barcarena-no-pa-na-noite-desta-quinta-feira.ghtml>>

¹⁰ <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/comissao-externa-da-camara-de-deputados-visita-mineradora-que-provocou-vazamento-no-para.ghtml>>

imediate de uma das bacias de rejeitos da empresa após a divulgação do laudo. Além disso, a mídia começa a buscar e divulgar situações antigas envolvendo a Hydro, como uma ocorrência em 2009 na qual a empresa já havia sido autuada pelo Ibama pelo mesmo problema, vazamento de rejeitos, e que nem a multa e nem as medidas haviam sido cumpridas. Divulgados a nível nacional e internacional, esse conjunto de fatores mostra claramente a desestabilização da situação e a busca da empresa em manter sua imagem estável perante a população. Como consequência, a opinião pública começa a definir suas posições sobre o vazamento e a contaminação na região.

No dia 24 de fevereiro, a Hydro informou que havia começado a distribuição de água potável à população, bem como estaria criando ações de suporte a comunidade. Em outro comunicado, no mesmo dia, a empresa informou que havia criado uma força-tarefa para reavaliar a situação em Barbacena, sempre colocando a chuva como o principal ator a desenrolar os problemas em Barbacena. Foram apresentados 3 objetivos: verificar os efeitos das chuvas e a integridade operacional dos depósitos de resíduos de bauxita, incluindo a habilidade de tratar e eliminar a água excedente; analisar e avaliar dados e informações internos e externos ligados a um possível impacto ambiental nas comunidades locais; propor melhoras em sistemas, processos e/ou organização para um melhor suporte operacional a curto e longo prazo.

A força-tarefa foi liderada pelo executivo sênior da Hydro, Tom Roetjer, e gerida pelo gerente sênior de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Jan Arild Berget. Se reportando diretamente ao presidente e CEO da Hydro, Svein Richard Brandtzæg. Com isso, a Hydro começa a demonstrar uma preocupação com a comunidade e uma aproximação dos órgãos públicos reguladores, mesmo sem admitir ou afirmar a contaminação da água ou sobre o laudo do IEC, demonstrando dos desdobramentos da opinião pública na atenção da empresa. No dia 26 de fevereiro, moradores das comunidades apresentaram vômitos e diarreias, havendo grande procura no posto de saúde da região e cobrando providências da Hydro. Neste mesmo dia, o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, pede providências ao Ibama, sugerindo o embargo e multa a Hydro, com base no laudo do Instituto Evandro Chagas.

A primeira confirmação do vazamento e suas consequências

Ainda no dia 26 de fevereiro, a empresa emitiu um comunicado sobre o duto clandestino citado no laudo do Instituto Evandro Chagas. A Hydro confirmou a existência do duto, e que ele tinha sido usado apenas na construção da área da Hydro Alunorte. A empresa informou que com as fortes chuvas foi verificado que o duto não estava devidamente selado, e o elevado volume da água no solo fez com que a água das chuvas entrasse no duto através de rachaduras existentes no concreto. Ao ser detectado durante uma vistoria, a Hydro selou imediatamente o duto de novo e estima que o volume total de água que escoou da área através do duto foi muito limitado.

No dia 27 de fevereiro, o governo do Pará triplicou a multa aplicada à Hydro pelo descumprimento do prazo de 48 horas para reduzir em pelo menos um metro o nível das bacias de resíduos de bauxita, além disso, pediu a suspensão de 50% da produção da Alunorte, além de solicitar à mina de bauxita de Paragominas para suspender operações em uma das duas barragens na planta. Neste mesmo dia, o Ibama fez uma nova vistoria na refinaria. Sobre a declaração do Ministro do Meio Ambiente, somente no dia 27 a empresa emitiu uma nota dizendo que estava analisando a fala do Ministro e seu possível processo e impacto, reafirmando que não havia provas de vazamento dos depósitos de resíduos sólidos de bauxita e que estava cooperando com as autoridades. Após esse comunicado, no mesmo dia, a Hydro entrou com pedido de redução da multa e o presidente da empresa novamente aparece como porta-voz, dizendo que não estavam poupando esforços para cumprir as medidas e que continuariam dialogando com as autoridades locais. Na mesma nota, a Hydro relacionou o pedido do Ministro com essa medida, dizendo que a mesma foi tomada após o Ministro Sarney Filho demonstrar preocupação com os níveis de contaminação. A empresa afirmou ainda que, apesar de não ter noção do impacto da determinação, a mesma pode ter consequências operacionais e financeiras significativas.

Mais atores se manifestam

Quando os atores começam a se posicionar no cenário controverso, os lados e discussões acerca da situação e passam a proliferar diversas formas de agir sobre os novos problemas. Novos grupos e atores passam a importar e a mediar as narrativas sobre os acontecimentos (LATOURE, 2006). Assim, com o pedido de redução de 50% da produção e o comunicado da empresa demonstrando preocupação com o impacto operacional, que envolve os funcionários e o financeiro, emerge um novo discurso: o dos trabalhadores. Em um grupo do *Facebook* chamado “Rota Barcarena Informações”¹¹, composto principalmente por trabalhadores, vários textos e opiniões foram expostos, com grande alcance e produzindo uma discussão entre os participantes do grupo.

Os números são expressivos no que diz respeito ao alcance. A primeira postagem teve 771 reações, 273 comentários e 61 compartilhamentos. A segunda teve 264 comentários e 111 compartilhamentos (dados obtidos até o dia 5 de abril de 2018). Isso deixa claro os desdobramentos da controvérsia e a instabilidade da situação. Dentre os comentários nas publicações, há pessoas contra a empresa e a favor, o discurso apresentado pelas pessoas contra a empresa segue uma linha de denúncia aos danos ambiental e na população causados pela empresa. Aqueles que se posicionaram a favor salientaram que sem a Hydro os empregos e a fonte de renda de algumas famílias estavam comprometidos. A situação, portanto, fortalece a polarização e amplifica o debate em torno do vazamento e suas consequências. Vale ressaltar que a imagem utilizada na segunda postagem foi produzida pela própria Hydro, contendo sua logo e a fonte na lateral da foto, ressaltando ainda mais os esforços da empresa em manter pelo menos uma parte das opiniões a seu favor, delegando a outros atores o posicionamento em lugares em que a empresa não se posicionou, como no *Facebook*.

Como foi dito, as opiniões se polarizaram em a favor e contra a empresa no desenrolar da controvérsia. No dia 28 de fevereiro, moradores de comunidades afetadas fizeram protesto em frente a Hydro cobrando recuperação dos danos ambientais e econômicos que a cidade sofreu com o vazamento e contaminação da água. Eles

¹¹ Link para acesso à página do grupo: <https://www.facebook.com/groups/1505166409791984/about/>

disseram que era uma forma de desabafar sobre toda a dificuldade que as comunidades estavam enfrentando com a situação.

As reclamações aumentaram e no dia 28 de fevereiro a Hydro emitiu mais três comunicados em seu site¹². O primeiro reforçou que o duto foi devidamente selado e que no dia 22 de fevereiro a Hydro contratou uma consultoria externa, a Enviro-Tec, para analisar a água e o solo, e que o resultado concluiu que a água da chuva que vazou pelo tubo não causou impacto negativo no ambiente. Assim, a chuva se torna um ator predominante na elaboração das causas para o problema, de acordo com a Hydro. O segundo comunicado diz respeito a redução de 50%, e foi realizado por Svein Richard Brandtzæg, que informou que a empresa estava se preparando para a redução e trabalhando para limitar os impactos negativos da medida para os empregados, clientes e comunidades. O último comunicado informou que a Hydro estava respondendo às necessidades das comunidades de diferentes formas, incluindo a distribuição de água potável. Um trecho da nota de Richard diz: “Nosso foco principal é proteger e assegurar que as pessoas se sintam seguras, tanto os empregados de nossas plantas como os moradores ao redor das plantas. Continuaremos a cooperar com as autoridades competentes de forma aberta e transparente”

Em meio a tantas respostas, no mesmo dia o Tribunal de Justiça do Pará e o Ibama decidiram embargar uma bacia de contenção de rejeitos da Hydro Paragominas e, ainda, confirmaram a suspensão de parte das atividades da empresa. No dia primeiro de março, a Hydro comunicou pelo seu site a decisão do Tribunal, informando que estava avaliando as implicações operacionais e financeiras da decisão da justiça, no que diz respeito a seus clientes e aos empregados, colocando ao final da nota que a Hydro detém grande porcentagem das ações da Alunorte e 100% de Paragominas, conhecida como a maior empresa de alumínio da América do Sul. À imprensa, o executivo Silvio Porto disse que a empresa seguiria a ordem de redução, mas que acreditava que não havia ocorrido vazamentos. No dia 2 de março, a empresa emitiu aviso de força maior em virtude do corte na produção e a falta de clareza sobre que medidas teriam que ser

¹² Disponível em: <<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Imprensa/Noticias/2018/alunorte/hydro-responde-as-necessidades-das-comunidades-locais/>>
<<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Imprensa/Noticias/2018/alunorte/hydro-se-prepara-para-reduzir-a-producao-da-hydro-alunorte-em-50/>>
<<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Imprensa/Noticias/2018/alunorte/consultoria-externa-analisa-agua-e-solo-fora-de-alunorte/>>

tomadas, esclareceu ainda que planos de contingências estariam sendo implementados para reduzir os impactos negativos. Mais uma vez, ao final do texto, a Hydro coloca o mesmo trecho do comunicado anterior referente as ações que a Hydro detém. No mesmo dia, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena (Sindquímicos) se mostrou preocupado com a decisão de redução, temendo 40 mil demissões em toda a cadeia do alumínio. Manoel Paiva, secretário-geral dos Sindquímicos, falou ao G1 que eles iriam tentar reverter essa decisão e reduzir os prejuízos para os trabalhadores, apesar de concordar que a empresa deveria sofrer sanções administrativas e se responsabilizar pelos danos ambientais.

Exigências e estratégias de respostas

No dia 3 de março os moradores informaram que a água distribuída não estava sendo suficiente para consumo e atividades diárias. No dia 4 de março Brandtzæg visitou pessoalmente as comunidades locais, demonstrou preocupação com a comunidade, informou que até então 50 mil litros de água haviam sido distribuídos e que na comunidade Bom Futuro estava sendo disponibilizada pela Hydro e Prefeitura consultas médicas gratuitas. Ele também participou de reuniões com a direção da planta e da área de negócios, além de representantes do sindicato dos trabalhadores. Voltando um pouco na linha do tempo, um fato em meio a esses acontecimentos chamou atenção. Entre os dias 1 e 3 de março o *Facebook* registrou uma quantidade expressiva de postagens com a *hashtag* Hydro Alunorte¹³. Tratava-se dos funcionários ou familiares de funcionários da empresa demonstrando apoio à mesma e defendendo seus empregos.

Isso nos mostra que o grupo em apoio à Hydro é composto por funcionários e familiares, uma vez que se trata do emprego deles, da estrutura social e econômica que sustenta essas pessoas e suas famílias e, com a decisão de parar parte da produção, se sentem ameaçados. Além disso, percebemos também semelhança nas postagens, as mesmas *hashtags*, discursos semelhantes e funcionários orgulhosos do que fazem na empresa. Sob a perspectiva comunicacional da organização em eventuais situações de crise, essa pode ter sido uma das estratégias da empresa frente ao cenário de risco que a mesma estava enfrentando. A sensibilização, tanto de seus funcionários, quanto

¹³ <https://www.facebook.com/search/top/?q=%23HydroAlunorte>

daqueles que veriam suas postagens e o impacto disso tudo na vida das pessoas diretamente envolvidas com os vazamentos.

Uma nova desestabilização na controvérsia

No dia 5 de março o Tribunal de Justiça do Pará indeferiu o pedido de uma liminar da Hydro pedindo a retomada das atividades da empresa. No mesmo dia, a Hydro postou uma nota divulgando novas decisões para resolver a situação, decisões que consistiram em mudanças de diretorias, com o intuito de melhorar a força tarefa já instalada e buscar agilidade no processo, além de anunciar que iriam contratar uma consultoria ambiental de renome internacional para avaliar a situação da empresa. No dia 6, a Justiça voltou a confirmar a suspensão das atividades da Hydro e no dia 7 de março a empresa anunciou que a SGW Serviços, consultora ambiental, foi a escolhida para realizar uma avaliação independente do tratamento de água e do sistema de gerenciamento de efluentes da Hydro Alunorte. Até esse ponto, a Hydro estava mostrando que não mediria esforços para tornar públicas as informações e prestar apoio às comunidades e autoridades. Porém, no dia 11 de março o cenário muda mais uma vez. Foi descoberto através de denúncias e, posteriormente vistoria, um novo canal de despejo irregular, denominado de “Canal Velho” pela empresa. No dia 11 a Hydro emitiu outra nota em seu site dizendo que esse canal foi usado apenas duas vezes, uma no dia 17 de fevereiro e outra entre os dias 20 e 25 de fevereiro, e que o objetivo foi “aliviar a estação de tratamento de água, que estava tratando alto volume de efluentes por causa das fortes chuvas”. Disse ainda que a água foi tratada e que não havia indícios de impacto ambiental negativo.

No dia 12 de março várias manchetes já denunciavam esse novo duto e o Ministério Público do Pará deu 48 horas para a empresa fechar o mesmo, uma vez que não havia licença e nem autorização dos órgãos competentes para a operação do duto. A Hydro, apesar de afirmar que informou a SEMAS sobre o uso desse canal, se vê frente a um segundo duto irregular descoberto a partir de denúncia e que havia sido sim utilizado para despejo de água nos rios. Ainda no dia 12, a empresa deu mais explicações sobre o Canal Velho em seu site, reafirmando que não houve impactos ambientais negativos, que informou a SEMAS e que a água foi tratada. Porém, na

mesma nota a empresa admitiu que as comunidades não foram avisadas desse despejo e disse ainda que em maio de 2017 esse canal também foi utilizado e notificado a SEMAS. O que causou um estranhamento foi o fato de as agências reguladoras não terem ciência desse duto, e não ser licenciado, e mesmo assim a Hydro afirmar que em maio de 2017 notificou a SEMAS sobre seu uso.

Funcionários protestam a favor da Hydro

Com tanta crítica e indignação após essa série de acontecimentos, no dia 14 de março trabalhadores de empresas terceirizadas protestaram contra o embargo da Hydro, trazendo mais um ponto de movimento dentro da controvérsia, pois agora, mesmo depois dos acontecimentos graves, temos o discurso dos trabalhadores a favor da Hydro e dos seus empregos. A Hydro, já havia colocando em seus informativos a preocupação com a situação dos funcionários com a paralisação determinada pela Justiça. Com essa incerteza, gerou o medo e a necessidade de fazer alguma coisa para mostrar o ponto de vista dos trabalhadores. Nos dias 15 e 16 de março, a Hydro informou medidas na Alunorte e Paragominas visando preservar os postos de trabalho. 600 empregados da Alunorte entraram de férias coletivas a partir do dia 31 de março, e 400 empregados de Paragominas entraram em férias coletivas a partir do dia 2 de abril. Vale lembrar que a Hydro estava proibida de demitir seus funcionários, o pedido foi realizado pelo Sindquímicos e acatada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

No dia 16 de março, os trabalhadores também protestaram em frente a mineradora de Paragominas. No mesmo dia, a Hydro anunciou um investimento de 500 milhões de coroas norueguesas no sistema de tratamento de água da refinaria de alumínio da Alunorte. Na mesma nota, Brandtzaeg pediu desculpas às comunidades locais pelo fato delas não terem recebido as informações que mereciam, e que por isso não sentiam mais confiança na Hydro. Disse ainda que para reconquistar a confiança, a empresa reconhecia que precisaria mudar suas atitudes, ações e forma de trabalhar com a comunidade. Um dos aspectos relevantes abordados por Di Giulio, Figueiredo e Ferreira (2008) sobre a comunicação e a governança dos riscos ambientais e tecnológicos apontam para uma maior participação de atores que normalmente não

estão implicados nas decisões organizacionais e governamentais: os atingidos em caso de acidentes.

Neste sentido, a fala do presidente da Alunorte aponta para o emprego de um modelo de comunicação baseado no déficit daqueles que estão do outro lado dos muros da empresa. O modelo do déficit parte da premissa segundo a qual as informações se deslocam de maneira unilateral, de um lado emissor, detentor da informação, e do outro, os receptores, vazios e disponíveis para serem preenchidos por informações sobre o vazamento. Autores como Di Giulio, Figueiredo e Ferreira (2008) e Wynne (1997) questionam essa premissa ao apontar o engajamento dos atores, sobretudo aqueles impactados pelos riscos ambientais e tecnológicos, no desenrolar de situações controversas como o vazamento em Barcarena. Ao acompanhar o desenrolar dos acontecimentos notamos que as denúncias indicam um envolvimento que implica não em uma passividade dos atingidos, mas uma situação que exige uma governança sobre os problemas produzidos pela mineradora que vão além do corpo técnico da empresa, envolvendo dessa maneira os órgãos reguladores e os grupos comunitários em decisões que implicam uma heterogeneidade de atores.

Mais um não-humano: um terceiro duto surge como elemento problemático

Para alimentar ainda mais a controvérsia, o que não se esperava era um terceiro duto clandestino ser encontrado. No dia 17 de março, esse duto foi registrado e noticiado com exclusividade em rede de televisão aberta, no Jornal Nacional¹⁴. O desvio do sistema de drenagem foi encontrado em uma área de armazenamento de carvão, usado para alimentar as caldeiras da refinaria. Essa conexão levava água da chuva não tratada do telhado do galpão de carvão direto para o rio Pará. É interessante notar que o fato foi descoberto dia 15 de março pela SEMAS, mas somente no dia 17, com o vazamento de imagens e vídeos, é que a população ficou sabendo e então confirmado pela Secretaria. Com um silêncio de dois dias, somente no dia 19 de março, Brandtzaeg publicou uma nota. Nela, o presidente da empresa admitiu que descartaram água de chuva e da superfície da refinaria não tratadas no rio Pará. Na mesma nota pediu desculpas às comunidades, autoridades e a sociedade. Admitiu também que esse

¹⁴ <https://globoplay.globo.com/v/6573658/>

descarte não está ligado com as fortes chuvas, e que a água da superfície de uma antiga área de armazenamento de hidrato fluía para o mesmo canal. Brandtzaeg informou ainda que todas as medidas seriam tomadas para entender todo o cenário e decidir sobre as ações.

Novas medidas são tomadas

A Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) instaurou, no dia 20 de março, uma CPI para investigar os danos ambientais e sociais provenientes de toda essa situação. A investigação incluiu a situação da Hydro Alunorte, bem como a participação do governo do Estado nos acontecimentos. No dia 22 de março, uma audiência pública foi realizada para apresentar medidas em relação a comunidades atingidas e colher informações da comunidade para serem consideradas no inquérito dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e na consolidação do Termo de Ajuste de Conduta apresentado à empresa com as medidas emergenciais a serem adotadas. No mesmo dia, a Hydro realizou um encontro com a comunidade com o objetivo de intensificar os esforços para ser reconhecida como um parceiro confiável novamente e divulgou uma lista de ações a curto e longo prazo a serem realizadas em três comunidades. Quem dirigiu o encontro foi a Diretora Global de Responsabilidade Social Corporativa (CSR) da Hydro, Elise Must, e falou muito sobre como os vizinhos não os percebem como parceiros confiáveis, e que isso se dá porque a empresa não estava suficientemente perto, lamentando por essa impressão e prometendo promover uma gestão centrada nas pessoas. “Nós temos que ouvir a todos, buscar soluções possíveis junto com parceiros e depois nos comprometer a fazer a nossa parte. Essa abordagem trará um impacto muito maior do que a Hydro desenvolver projetos sozinha”, disse Elise Must.

No dia 23, foi divulgada que a mineradora teria que fazer exames nas comunidades atingidas pelo vazamento. No mesmo dia, o Ministério Público enviou as ações propostas no Termo de Ajuste de Conduta. O assunto esfriou entre os dias 23 e 27 de março e a imprensa já não noticiava novos desdobramentos. Apenas no dia 27 a Hydro informou que estava buscando acordos com as autoridades brasileiras para normalizar a operação, buscando uma solução com o Ministério Público. A empresa

reiterou ainda que está realizando uma análise interna e outra independente para esclarecer todos os fatos, e que o resultado sairá dia 9 de abril.

Novo laudo é divulgado

No dia 28, o Instituto Evandro Chagas divulgou um novo relatório apontando que as operações irregulares da Hydro contaminaram os fluxos do Rio Pará com metais tóxicos.

As conclusões apontam que, nos resquícios dentro do Canal Antigo, que é auxiliar, foi encontrado níveis muito elevados de manganês, indicando que o lançamento de qualquer material pelo canal e sem qualquer tratamento representa um risco de danos aos ecossistemas aquáticos e à saúde humana. (G1 – PARÁ, 2018)¹⁵

O rio Mucuripe foi bastante atingido, sendo considerado impróprio para o uso por conta do elevado nível de alumínio, ferro, arsênio, cobre, mercúrio e chumbo. A Hydro informou em nota que iria analisar o documento. Após isso, apenas no dia 9 de abril a empresa voltou a publicar em seu site, já trazendo o resultado da análise feita. Svein Richard Brandtzæg, CEO da empresa, disse em nota que “Ambos os relatórios confirmam nossas declarações anteriores de que não houve transbordo das áreas dos depósitos de resíduos de bauxita. Também não há qualquer indicação ou evidência de contaminação nas comunidades próximas da refinaria em consequência das fortes chuvas de fevereiro”.

Essa nota vai de encontro ao relatório do Instituto Evandro Chagas, como já havia acontecido no início do problema, resultando ainda na divisão de opiniões e fatos, não esgotando, portanto, o debate.

Considerações finais

Para entender as transformações, papéis e características da modernidade é fundamental compreender os riscos tecnológicos e ambientais. De acordo com Giddens (1990) e Beck (2010), abrimos espaço para debates acerca da governança e

¹⁵ <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/iec-confirma-contaminacao-em-fluxos-do-rio-para-apos-despejos-irregulares-da-hydro-em-barcarena.ghtml>>

comunicação dos riscos, necessários no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e ambiental, pois esses fatores são responsáveis por nortear, muitas vezes, a opinião pública, bem como servir de mediador e integrador entre leigos e peritos acerca dos riscos, soluções e políticas públicas.

Neste caso, vimos claramente como os atores são fundamentais, pois capazes de influenciar e mudar a percepção da opinião pública frente a uma situação de risco. Percebemos também, seguindo Giddens (1990), que tanto leigos como peritos vivem em alerta em relação aos riscos. O modelo do déficit, reconhecido a partir de comunicação unilateral, considerava os “leigos” como desprovidos de ferramentas técnicas necessárias para entender os riscos ambientais e tecnológicos aos quais estavam submetidos. No entanto, um deslocamento na compreensão dos riscos passa a colocar a relação entre os peritos e os leigos a partir de um sistema de governança e de comunicação dos riscos baseados numa participação mais heterogênea.

Ainda que essa participação ocorra através de conflitos, no caso de Barcarena é possível perceber que os atores envolvidos na controvérsia do vazamento na Hydro se preocupam com seu futuro e buscam identificar os problemas além da ação da própria empresa. Assim, os laudos produzidos pelo Instituto Evandro Chagas assumem um papel de simetrização da relação entre os suportes técnicos para a compreensão do vazamento e suas consequências, não dependendo somente das informações dadas pelos peritos, e, com isso, exigindo uma comunicação e um gerenciamento do risco por parte da empresa

Percebemos que a Hydro possui um conhecimento comunicacional, pois desde o primeiro momento manteve seu site atualizado com notas sobre o que estava acontecendo, ações de apoio à população e autoridades e demonstração de preocupação. Porém, somente informar não é mais eficiente, uma verdadeira comunicação de risco cria laços, e esses laços são criados a partir da confiança entre as partes, coisa que a empresa perdeu uma vez que negou por mais de um mês suas ações prejudiciais ao meio ambiente e à população, mesmo sendo contestada. Com essa divergência de informações entre a empresa, mídia, órgãos e moradores das comunidades atingidas, aumentam a tensão e preocupação por parte dos atingidos, ainda mais com a influência da mídia que noticia os conflitos.

Di Giulio, Figueiredo e Ferreira (2008) dizem que é fundamental compreender as características culturais, sociais e econômicas das comunidades envolvidas na comunicação de risco, identificando seus interesses e expectativas, para obter um bom processo comunicacional. E é apenas depois de admitir sua culpa que a empresa promove uma espécie de audiência pública para ouvir a comunidade e trabalhar juntamente com ela.

Portanto, identificamos neste estudo de caso que é crucial uma relação positiva entre empresa, público, mídia e governo, através de uma boa comunicação e governança do risco, pautada na confiança e transparência. Caso contrário, os resultados da controvérsia são de total instabilidade, desconfiança por parte dos parceiros e comunidades e uma dificuldade de superar e gerenciar os riscos tecnológicos e ambientais que emergiram.

Referências

- BECK, Ulrich. **A sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIGIULIO, Gabriela; FIGUEIREDO, Bernardino; FERREIRA, Lúcia. Comunicação de risco e mídia: um debate sobre dois casos brasileiros. Brasil: **Anais**. IV Encontro nacional da Anppas, 2008.
- FIGUEIREDO, Andre. Estratégias para uma Cartografia de Controvérsias “Culturais”: o caso dos rolezinhos nos jornais e redes digitais. *In: Revista Fronteiras: estudos midiáticos*. v. 18, n. 2, 2016.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.
- GUIVANT, Julia S. A trajetória das análises de riscos: da periferia ao centro da ciência social. *In: BIB*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 02, 1998, p. 03-38.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.
- _____. **Changer de société: refaire de la sociologie**. França: La Découverte, 2006.
- VENTURINI, Tommaso; Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. *In: Public Understanding of science*. v.19, n.03, 2010.
- ZHOURI, Andréa. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68 – 2008.
- WYNNE, Brian. Risk, environment and modernity: Towards and New Ecology. *In: Organization & Environment*. v. 10, n. 02, 1997, p. 220-222